

ESTADO DO AMAZONAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE IRANDUBA  
GABINETE VEREDOR RAIMUNDO CARNEIRO

PROJETO DE LEI Nº 35/2023

LIDO EM PLENÁRIO

22 / 08 / 2023

SECRETÁRIO GERAL

CÂMARA MUNICIPAL DE IRANDUBA  
PROTOCOLO  
RECEBIDO EM  
10 / 08 / 23 ÀS  
DOCUMENTO(S) EM 06 LAUDA(S)  
Mayra Mesquita  
Rúbrica

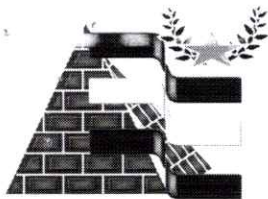
Versa sobre o protocolo TODOS POR TODAS, que institui uma gama de ações que deverão ser adotadas por estabelecimentos públicos e privados para acolher e atender mulheres vítimas de violência contra mulher em especial ao abuso sexual em suas dependências

O VEREADOR RAIMUNDO NONATO NETO CARNEIRO, Estado do Amazonas, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Regimento Interno desta Casa Legislativa, encaminha o referido Projeto de Lei para a douta apreciação e deliberação do soberano plenário:

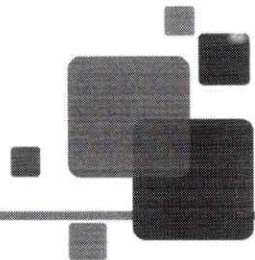
LEI

**Art. 1º** - Torna obrigatória a adoção do Protocolo TODOS POR TODAS, de Atenção à Dignidade da Mulher - Anexo I desta Lei, objetivando o cumprimento de medidas afirmativas, educativas e preventivas a violência contra a mulher e ao abuso sexual nas dependências dos seguintes estabelecimentos:

- I- repartições públicas, tais como: secretarias municipais, prestadores de serviços públicos, autarquias, entre outros;
- II- estabelecimentos comerciais voltados ao entretenimento, tais como casas noturnas, casas de show, bares e similares;
- III- clubes, associações recreativas ou desportivas e academias.



ESTADO DO AMAZONAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE IRANDUBA  
GABINETE VEREDOR RAIMUNDO CARNEIRO



**§1º** Dentre outras medidas descritas no Anexo I desta Lei, os estabelecimentos elencados nos incisos anteriores obrigam-se a expor, no interior de suas dependências, em local de fácil visibilidade, preferencialmente próximo a entrada do estabelecimento e obrigatoriamente dentro dos banheiros femininos, cartazes que deverão conter os dizeres “ ABUSO E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER É CRIME. DENUNCIE”.

**§2º** Os cartazes mencionados no § 1º deste artigo, além do já disposto, deverão conter:

- I- o número telefônico da Polícia Militar (190);
- II- da Central de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (180);
- III- da Delegacia de Polícia Especializada em Crimes Contra a Mulher (92-3634-387);
- IV- instruções básicas de como e a quem se reportar no interior do estabelecimento em caso de abuso e (ou) violência.

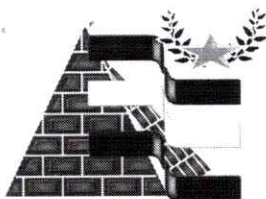
**Art. 2º** Os estabelecimentos descritos nos incisos I, II e III do art. 1º deverão capacitar os funcionários e servidores públicos, para a aplicação efetiva das medidas previstas nessa Lei.

**Art.3º** O Poder Executivo Municipal poderá regulamentar a presente lei instituindo modo de fiscalização, aplicação de advertência e multa em caso de descumprimento, para garantir sua fiel execução.

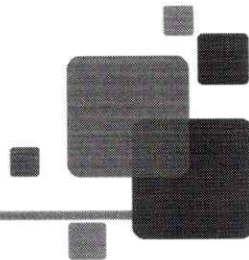
**Art.4º** A aplicação de multa do Art 3º em caso de descumprimento da lei serão aplicadas aos estabelecimentos privados.

**Art.5º** Os estabelecimentos privados e as repartições públicas, de que trata esta Lei, deverão adaptar-se às suas disposições no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua publicação.





ESTADO DO AMAZONAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE IRANDUBA  
GABINETE VEREDOR RAIMUNDO CARNEIRO



**Art.6º** As despesas decorrentes da execução desta lei ficarão a cargo dos estabelecimentos nela elencados.

**Art.7º** As disposições desta lei aplicar-se-ão também às mulheres transgênero.

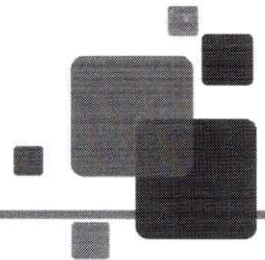
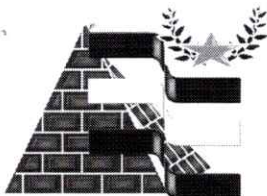
**Art. 8º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Iranduba, em 10 de agosto de 2023.

**RAIMUNDO NONATO NETO CARNEIRO - REPUBLICANOS**

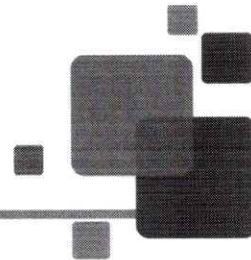
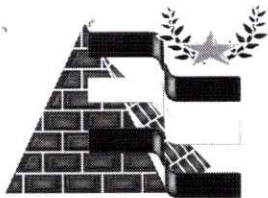






**ANEXO I**

- 1- O responsável pela segurança dos estabelecimentos privados poderá, nos limites da lei, reter o agressor no local, até a chegada das autoridades competentes, em caso de flagrante.
- 2- A denunciante não deve ser deixada sozinha, a não ser que solicite.
- 3- Ela deverá ser orientada e aconselhada, acerca das medidas legais e administrativas a serem tomadas, mas a prerrogativa da decisão final é dela, ainda que possa soar inadequada para os funcionários dos estabelecimentos.
- 4- No caso de abuso sexual, estupro ou agressão física de qualquer outra natureza, a vítima deve ser levada a uma sala reservada para receber o devido atendimento, que será realizado por no mínimo uma funcionária mulher. Nos demais casos, a necessidade de uma sala reservada não se aplica.
- 5- A sala mencionada no item 04 deve garantir a tranquilidade necessária e o isolamento seguro para a prestação da devida assistência à vítima denunciante.
- 6- A identidade da vítima deve ser mantida em absoluto sigilo, evitando exposições desnecessárias.
- 7- Os estabelecimentos não deve impor diferenciação, para quaisquer gêneros, quanto ao código de vestimenta.



### JUSTIFICATIVA

O referido PL é em alusão ao agosto lilás, mês de conscientização pelo fim da violência contra a mulher. É uma campanha nacional que busca chamar a atenção da sociedade para o enfrentamento à violência contra a mulher. A escolha do mês tem relação com a data de sanção da Lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, que completou 17 anos no dia 07/08/2023.

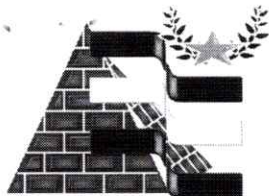
Em 2023, no Amazonas, entre os meses de janeiro e abril foram registradas mais de 953 de casos de violência contra mulheres. Esses dados, em si, já são alarmantes, mas sabemos que esses são apenas os casos legalmente registrados e documentados. Muitas mulheres, por não se sentirem protegidas e tampouco acolhidas, sequer têm iniciativa de denunciar esses abusos, acarretando na subnotificação de casos.

Esse PL visa, primordialmente, institucionalizar o acolhimento das mulheres que sofrem esses tipos de crimes em ambiente privado e público, assim como instituir a regulamentação de um protocolo de ações, objetivando o reparo imediato de danos causados à mulher, dentro do hipotético estabelecimento em que o crime venha a ocorrer. Além disso, com esse Projeto de Lei, teremos indicadores mais condizentes com a realidade, possibilitando uma melhor avaliação das políticas públicas e, conseqüentemente, maior efetividade no combate à violência contra mulheres mais efetivas e fidedignas com a realidade material.

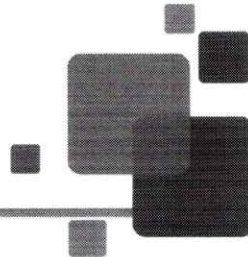
Dessa forma, as mulheres terão, além do pronto atendimento após sofrerem os crimes supracitados, segurança para denunciar o agressor, pois as mulheres terão a certeza de que os estabelecimentos seguirão o protocolo de forma rígida, de acordo com este PL. Outro efeito tão natural quanto desejável desse PL é a tendência de inibir os homens do cometimento desses crimes, pois o sentimento de impunidade será, aos poucos, diminuído.

Em homenagem ao entendimento jurisprudencial consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como à recomendação nº 128 do Conselho Nacional de Justiça pretende-se a aplicação deste Projeto de Lei observando a perspectiva de gênero.





ESTADO DO AMAZONAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE IRANDUBA  
GABINETE VEREDOR RAIMUNDO CARNEIRO



Isso criará um ambiente de acolhimento mais efetivo, na medida que sentir-se-ão mais respaldadas e seguras, dentro de estabelecimentos privados e públicos.

Pelo exposto, submetemos o presente Projeto de Lei para apreciação dos Nobres Vereadores dessa Casa de Leis.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Iranduba, em 10 de agosto de  
2023.



**RAIMUNDO NONATO NETO CARNEIRO**  
**VEREADOR - REPUBLICANOS**

